

Eólicas e fotovoltaicas:



Apelo à união de todos os movimentos cívicos

O Estado adotou recentemente medidas graves sobre a exploração dos recursos naturais no interior do país, designadamente:

- i) Retiraram aos municípios a competência para licenciarem a instalação de centrais eólicas e fotovoltaicas;
- ii) Permitem às empresas energéticas adquirir direitos de instalação dessas explorações automaticamente, se as entidades competentes, incluindo os municípios, não emitirem os seus pareceres no prazo de 10 dias, o que é manifestamente impossível de acontecer;
- iii) A Ministra do Ambiente declarou que vai poder autorizar a instalação dessas centrais mesmo contra os pareceres técnicos das entidades competentes. Significa isto que a proteção do ambiente nas zonas com valor ecológico, e cultural nas de proteção histórica, vai poder ser sacrificada para instalar estas explorações;
- iv) O Estado está a autorizar a devassa de terrenos privados pelas empresas concessionárias de explorações mineiras, mesmo contra a vontade dos seus proprietários.

Tudo isto feito nas costas do Povo, contando com a sua passividade e desprezando ostensivamente as populações, o que é inaceitável num Estado de Direito.

Está em curso um processo de ocupação generalizada do interior do país com painéis solares e torres eólicas, que mudará para sempre o clima, a paisagem, a vegetação, a qualidade de vida e o potencial agrícola e turístico desse território.

Primeiro, políticas erradas de um Estado centralista depauperaram estes territórios e despovoaram-nos. Agora, por via da exploração intensiva dos mesmos, estão apostados em destruir o último recurso que resta às populações: a qualidade e pureza ambiental, a autenticidade e beleza das paisagens e da cultura.

Tudo isto tem de parar.

As populações têm de ter uma participação esclarecida e decisiva sobre o destino dos seus territórios e recursos naturais, em especial:

1. Na decisão de quererem, ou não, a instalação dessas explorações;
2. Em caso de aceitação, na definição de uma participação justa e permanente nos recursos financeiros que elas venham a gerar, no que respeita:
 - 2.1. Às compensações pelos danos provocados por essas instalações;
 - 2.2. À participação na riqueza produzida pelos recursos naturais dos seus territórios;
 - 2.3. À participação nas receitas fiscais do Estado, geradas pela riqueza produzida com a exploração desses recursos nos respetivos territórios.

Enquanto o Estado não resolver estas questões, não podemos aceitar que os nossos territórios sejam entregues a interesses extrativos e obscuros.

Apelamos a todos os movimentos cívicos que se levantaram contra estas medidas, que se unam numa federação de movimentos, para que a vontade das populações seja respeitada e os seus interesses sejam salvaguardados.

Apelamos também às autarquias locais, que são quem representa as populações desses territórios, para que se juntem a este movimento nacional.

Exigimos também aos membros do Governo e aos eleitos locais total transparência e partilha de informação nesta matéria com as populações.

Terra de Miranda, 15 de junho de 2026

MCTM – Movimento Cultural da Terra de Miranda